
PARECER DEJUR Nº.: 203/2025

PROCESSO DE COMPRA CFO Nº.: 0873/2025

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviço especializado em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Ementa: Parecer. Direito Administrativo. Licitação. Contratação Emergencial (art. 75, inciso VIII e §6º, da Lei nº 14.133/2021). Serviço especializado em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Enquadramento e requisitos legais já analisados no Parecer Dejur nº 202/2025. Disputa pública que contou com a participação de três empresas interessadas. Primeira colocada desclassificada/inabilitada por ter apresentado proposta em desacordo com o Termo de Referência e não ter apresentado nenhum dos documentos de habilitação. Segunda colocada que atendeu integralmente aos requisitos de habilitação, demonstrando-se viável a contratação.

1. DO RELATÓRIO

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, nos termos do artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, a análise da contratação emergencial instaurada no âmbito do Processo de Compra n. 0873/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software

web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Neste sentido, cumpre esclarecer que a regularidade da contratação emergencial proposta, especialmente quanto à caracterização da situação excepcional ensejadora da dispensa licitatória, à adequação dos procedimentos adotados e à conformidade das condições estabelecidas com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência que regem a Administração Pública já foram objeto de análise no Parecer Dejur nº 202/2025, de modo que a presente avaliação se restringirá à fase de disputa realizada para seleção da proposta mais vantajosa.

É o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Das propostas apresentadas

Inicialmente, cumpre consignar o esforço realizado pelo setor de compras com o intuito de viabilizar a participação do maior número de interessados possível. Isso porque, além da publicação do aviso de contratação emergencial em Diário Oficial e no Portal Transparência do CFO¹, convocando a participação geral de eventuais interessados, realizou-se a busca ativa por potenciais interessados, sendo que aproximadamente 10 (dez) empresas foram instadas a participar do certame.

Inobstante isso, apenas três interessadas apresentaram propostas financeiras, resultando na seguinte ordem de classificação:

¹ Link de acesso: <https://transparencia.cfo.org.br/licitacoes/contratacao-emergencial/>.

1º. ELIGOVOTE: valor global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sem indicação do preço unitário;

2º. WEBVOTO: preço unitário de R\$3,40 (três reais e quarenta centavos) e valor global de R\$ 687.962,80 (seiscentos e oitenta e sete mil e novecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos);

3º. GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A. (ASSEMBLEIAS VIRTUAIS): preço unitário de R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos), sem indicar do valor global.

Cumpra, agora, analisar a regularidade das propostas, observada a ordem de classificação, bem como o cumprimento dos requisitos de habilitação.

2.2. Da desclassificação e inabilitação da primeira colocada – ELIGOVOTE

Compulsando a proposta classificada em primeiro lugar, de pronto verifica-se uma série de irregularidades insanáveis, não restando alternativa, senão a desclassificação.

A primeira, reside no escopo do objeto proposto. Como se pode observar do trecho abaixo colacionado, a licitante considerou apenas o quantitativo de votantes aptos ao primeiro turno das eleições:

LICENÇA E PROJETO	
ELIGO CORPORATE	<ul style="list-style-type: none"> • Licença de software para o período do projeto e para o número definido de pessoas autorizadas. • N. Pessoas com direito: 143.634 • Nº de votos: 143.634 • Duração da votação: 24 horas • Data da votação: 19/12/2025

Entretanto, o Termo de Referência, nos itens 10.1.1 ao 10.1.4, é absolutamente claro ao indicar que a proposta deveria abranger o quantitativo total dos votantes aptos para

o primeiro turno, bem como o quantitativo máximo de eleitores que poderia ser alcançado no segundo turno, para os casos em que cabível a hipótese. Vejamos a transcrição dos mencionados itens:

10.1.1 Considerando o quantitativo total de 143.634 cirurgiões-dentistas ativos e aptos ao voto e, para o segundo turno, o quantitativo máximo de eleitores que pode ser alcançado é de 58.708 votantes.

10.1.2 Considerando o valor unitário de R\$ 3,85 (três reais e quarenta e nove centavos) o valor médio total apurado é de R\$ 779.016,70 (setecentos e setenta e nove mil, dezesseis reais e setenta centavos).

10.1.3 O preço da proposta foi considerado o valor unitário por eleitor, sendo que o pagamento para a empresa contratada se dará pelo CFO considerando o quantitativo total dos cirurgiões-dentistas ativos nos termos da Resolução CFO 267/2024 que receberem a senha provisória dos conselhos regionais que optarem pela realização da eleição na modalidade online.

10.1.4 No caso de possibilidade de segundo turno, para os Regionais que possuem mais de uma chapa concorrente e tiverem optado pela realização da eleição na modalidade online, será considerada uma nova eleição com os mesmos critérios do primeiro turno, inclusive para o pagamento.

Além disso, nas condições econômicas da proposta consta a informação de que a oferta apresentada não incluiria o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado):

CONDIÇÕES ECONÔMICAS

Custo dos serviços	Valor econômico
Custo do projeto	127.200,00 R\$
Condição mais favorável reservada para você	120.000,00 R\$
Total	120.000,00 R\$

NB Todos os valores não incluem IVA

TERMOS E CONDIÇÕES

- Os Valores desta Oferta não incluem IVA.
- A faturação terá lugar após a receção da encomenda.
- Os pagamentos devem ser realizados por transferência bancária, com liquidação direta após o recebimento da fatura

Tal condição, com efeito, contraria diretamente o disposto nos itens 3.1.1 e 3.3 do edital de convocação da contratação direta, assim como do item 10.1.5 do Termo de Referência:

Edital:

3.1.1. valor unitário e valor total global, expressos em reais, com valores fixos e irreeajustáveis devendo estar inclusas todas as despesas como encargos sociais, tributos incidentes e demais valores que façam parte integrante do preço;

[...]

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

Termo de Referência:

10.1.5 Nos preços propostos deverão estar incluídos os tributos, encargos e demais despesas com recursos de informática, infraestrutura administrativa em geral e custos operacionais inerentes à prestação dos serviços.

Ainda que se considere a aplicação por analogia da hipótese de diligência ao presente processo simplificado de contratação direto, considerando-a como um dever-poder² do agente de contratação, pregoeiro e outros agentes, caso haja dúvidas, ou ainda quando requerido pelos licitantes interessados, é preciso compreender o limite de diligenciar. Tal exercício exige a harmonização de alguns princípios com o procedimento formal, isto é, afastamento de exigências demasiadas e rigorismos excessivos que comprometam a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim sendo, entender o conceito de diligência e sua aplicabilidade é fundamental, e, segundo Torres³, “nos casos em que o agente de contratação, pregoeiro ou comissão possua dúvidas [...], devem ser realizadas as diligências necessárias para os devidos

² Acórdão nº 1.211/2021 – Plenário de relator Ministro Walton Alencar: “[...] no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

³ TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. 14. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Ed. Juspodvm, 2023, p. 25.

esclarecimentos”.⁴ Para Amorim⁵, “havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta há um poder-dever [...] de realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca da eficiência [...]”.⁶

É evidente que a análise formal tem sua importância como meio de prestigiar a segurança e a previsibilidade das decisões, evitando desvios do julgador que possam comprometer a lisura do procedimento.

Contudo, isso não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências desarrazoadas ou também deva anular o processo ou o julgamento, ou inhabilitar licitantes, diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, quando tais omissões sejam irrelevantes ou não causem prejuízos à Administração ou para interessados no certame.

Mas há que se entender, também, que mesmo diante do princípio do formalismo moderado, **isso não significa relativizar a qualquer custo todo o procedimento licitatório, ou seja, não é completa ausência de formalismo**, até mesmo porque a essência do procedimento formal é afastar fornecedores com intenções duvidosas.

⁴ Acórdão nº 300/2016 – Plenário de relator Ministro Vital do Rêgo: “Com as devidas vênias, discordo do teor dessa determinação alvitada pela unidade técnica, basicamente por duas razões. Em primeiro lugar, porque propostas técnicas em desacordo com o projeto básico anexo ao edital deverão, a teor dos arts. 43, IV, e § 3º, e 48, I, ambos da Lei 8.666/93, abaixo transcritos, ser desclassificadas, exceto se contiverem erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, os quais poderão ser saneados pela própria comissão de licitação”

⁵ AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020, p. 127.

⁶ “[...] não será permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação se deu após a realização da sessão de licitação. O que se entende, dentro de uma visão consentânea com o interesse público e com a finalidade da contratação, é que. Nesse caso, haveria burla ao procedimento e quebra do princípio da isonomia e igualdade de tratamento. Assim, caso a diligência promovida pela comissão de licitação ou pelo pregoeiro resulte na produção de documento que materialize uma situação já existente ao tempo da sessão de apresentação dos envelopes, não há que se falar em ilegalidade ou irregularidade”.

Acerca do formalismo moderado, não há como falar sem pensar na eficiência, na economicidade e na aquisição de propostas mais vantajosas para administração, visto que existe uma ligação umbilical entre ambos.

Neste sentido, argumenta Furtado que “a ideia de formalismo moderado busca superar o dogma da necessidade de interpretação rigorosa e literal de preceitos legais que pode implicar um formalismo exagerado e inútil, prejudicando o andamento dos certames”.⁷

Exatamente esse é o Supremo Tribunal Federal⁸, isto é, se a irregularidade que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízos para os demais participantes, correta é a adjudicação.

As diligências têm por escopo, portanto, **o esclarecimento de dúvidas, a obtenção de informações complementares e o saneamento de falhas (vícios ou erros).**

Quanto ao propósito de saneamento de falhas, para se avaliar a plausibilidade de adoção de diligência, é preciso identificar a natureza do vício (ou erro) ou da omissão, se “formal”, “material” ou “substancial”.

Assim sendo, para melhor compreensão trazemos tabela extraída da obra do professor Victor Aguiar Jardim de Amorim⁹:

⁷ FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 36.

⁸ Supremo Tribunal Federal – RMS nº 23.714-1/ DF (DJ 13/10/2000), relator Ministro Sepúlveda Pertence: “Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa”.

⁹ AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020, p. 128.

TIPO	ENQUADRAMENTO	É POSSÍVEL O SANEAMENTO?
ERRO FORMAL	Quando um documento é produzido de forma diversa da exigida. Ex.: proposta em padrão diverso do modelo exigido no edital, mas que apresenta todas as informações essenciais.	Sim. Por uma questão de instrumentalidade das formas, o documento poderá ser considerado válido quando atingir a finalidade pretendida, ainda que produzido de forma diferente da exigida.
ERRO MATERIAL	Quando há falha de conteúdo na informação, havendo evidente desacordo entre a vontade e o que de fato foi expresso no documento. Ex.: erro de cálculo na totalização do valor da proposta; grafia incorreta; erro na sequência de numeração das páginas dos documentos.	Sim. Uma vez que retrata a inexatidão material, refletindo uma situação ou algo que obviamente não ocorreu, o erro material admite correção. Logo, o saneamento não acarretaria alteração quanto à substância do documento.
ERRO SUBSTANCIAL	Quando se refere à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais (art. 139 do Código Civil). A omissão ou falha substancial prejudica o conteúdo essencial do documento, inviabilizando seu adequado entendimento. Ex.: não apresentação de documentação de habilitação no prazo previsto no edital; indicação de produto com especificações incompatíveis com as exigidas.	Não. Como se trata de vício insanável, já que relacionado à substância do documento, a eventual correção acarretaria a substituição de informações essenciais ou a inclusão posterior de documento que não se refira a mera complementação ou esclarecimento.

Ao comentar sobre mesmo o artigo 59, em sua obra, Torres diz que, “[...] assim, entendemos que a melhor orientação jurídica a ser dada é para que seja exercida a prerrogativa administrativa de **sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas** [...]”.¹⁰

Nessa mesma linha, o Tribunal de Contas da União firmou o entendimento de que é possível o saneamento de erros ou falhas somente que não alterem a substância das propostas:

Acórdão nº 300/2016 – Plenário de relator Ministro Vital do Rêgo: “Com as devidas vênias, discordo do teor dessa determinação alvitada pela unidade técnica, basicamente por duas razões. Em primeiro lugar, porque propostas

¹⁰ TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. 14. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Ed. Juspodvm, 2023, p. 371.

técnicas em desacordo com o projeto básico anexo ao edital deverão, a teor dos arts. 43, IV, e § 3º, e 48, I, ambos da Lei 8.666/93, abaixo transcritos, ser desclassificadas, **exceto se contiverem erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, os quais poderão ser saneados pela própria comissão de licitação**".

No presente caso, as falhas existentes na proposta representam erros substanciais, sendo certo que eventuais correções importariam diretamente na modificação do escopo ofertado, além da inclusão de despesas não consideradas, certamente causando reflexos no preço final ofertado, o que configura vício insanável.

Como se não bastassem todas as irregularidades identificadas, a proposta veio desacompanhada dos documentos de habilitação. Muito embora oportunizado prazo para apresentá-los, a licitante não cumpriu a diligência.

Por todo o exposto, opina-se pela desclassificação da empresa **ELIGOVOTE**, ou ainda, pela sua inabilitação, com a consequente convocação da segunda colocada.

2.3. Da regularidade da proposta apresentada pela segunda colocada e do atendimento integral aos requisitos de habilitação – WEBVOTO

De outro lado, verifica-se que a proposta apresentada pela WEBVOTO observou na integralidade as condições dispostas no instrumento convocatório, assim como no Termo de Referência, sendo que tanto o preço unitário quanto o valor global ofertado ficaram abaixo do orçamento estimado da contratação, demonstrando a vantajosidade da proposta.

Do mesmo modo, restaram atendimentos os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência.

Especialmente no que diz respeito à qualificação econômico-financeira, os índices apresentados pela WEBVOTO alcançaram resultado plenamente satisfatório, inclusive em patamar muito superior ao mínimo exigido:



FOLHA 6 DE 8

WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEICOES LTDA
CNPJ: 40.732.403/0001-40

INDICADORES FINANCEIROS

2023

INDICADORES	FÓRMULAS		INDICES
1- Liquidez Geral	LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	8,12
		$\frac{1.364.617,37}{167.963,59}$	
2- Liquidez Corrente	LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	7,07
		$\frac{1.187.431,94}{167.963,59}$	
3- Solvência Geral	SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	8,17
		$\frac{1.372.201,24}{167.963,59}$	

WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEICOES LTDA
CNPJ: 40.732.403/0001-40

INDICADORES FINANCEIROS

2024

INDICADORES	FÓRMULAS		INDICES
1- Liquidez Geral	LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	4,21
		$\frac{1.207.740}{286.619}$	
2- Liquidez Corrente	LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	3,60
		$\frac{1.030.555}{286.619}$	
3- Solvência Geral	SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	4,61
		$\frac{1.322.297}{286.619}$	

Ademais, há manifestação expressa do setor técnico atestando a conformidade das demonstrações contábeis:



15/12/2025, 19:50

Webmail Locaweb : Re: Análise de conformidade Contábil da empresa - WEB VOTO - Eleições - CONTRATAÇÃO DIRETA 0...






L Licitacoes@... ▾

E-Mail




Mais ▾
Mensagem 5 de 1353   Criar email

Caixa de entrada

Rascunhos (2)

Enviados

Spam

Lixeira

Re: Análise de conformidade Contábil da empresa - WEB VOTO - Eleições - CONTRATAÇÃO DIRETA 02/2025_Emergencial

L Luciano de Mendonça Costa

Para: ▾

Hoje 11:46

Bom dia,

Em resposta a solicitação de conformidade CONTÁBIL da empresa WEBVOTO TECNOLOGIA EM ELEICOES LTDA melhor classificada na CONTRATAÇÃO DIRETA nº 02/2025, seguem os índices abaixo relativamente ao exercício findo em 31/12/2024, dando qualidade para a empresa analisada participar do certame. Vejamos:

CLASSE	VALOR
ATIVO CIRCULANTE	R\$1.030.555,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$177.185,00
PASSIVO CIRCULANTE	R\$286.619,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$0,00
ATIVO TOTAL	R\$1.322.297,00

LG = 4,21

SG = 4,61

LC = 3,60

IE = 0,22

Igualmente, os atestados de capacidade técnica apresentados demonstram que a licitante detém expertise comprovada em patamares superam, e muito, o quantitativo mínimo exigido.

Como requisito para a contratação, o Termo de Referência exige em seu item 5.5.3, a comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestado que demonstre a execução prévia de serviços de natureza similar ao objeto desta licitação, por meio da internet, com efetivação mínima de 71.817 votantes, considerando que será uma eleição unificada apenas para os Conselhos Regionais de São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais, número que representa metade dos aptos ao voto, nos termos do quórum eleitoral para o primeiro turno.

Já os atestados apresentados comprovam a execução dos seguintes quantitativos:

- **Eleições do Conselho Federal de Medicina:** 417.565 votos válidos no período de 24 horas;
- **Eleições do Conselho Federal de Enfermagem:** 854.739 votos válidos no período de 24 horas;
- **Eleições do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia:** 610.158 votos válidos no período de 11 horas;
- **Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seção de São Paulo:** 446.702 votos válidos no período de 8 horas.

Diante disso, resta evidente o atendimento – em patamares muito superiores, inclusive – aos requisitos de habilitação, inexistindo óbice à sua contratação.

3. DA CONCLUSÃO

Posto isso, à luz da análise empreendida, opina-se pela desclassificação/inabilitação da empresa **ELIGOVOTE**, com a consequente convocação da segunda colocada, a empresa **WEBVOTO**, e sua respectiva contratação em caráter emergencial, uma vez que atendidos os requisitos de habilitação e demais exigências do Termo de Referência.

É o parecer, **s.m.j.**

Brasília, 15 de dezembro de 2025.

PEDRO GUILHERME RAMOS GUARNIERI

Chefe do Departamento Jurídico do CFO